

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, SEXTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2021 EDIÇÃO Nº 30 | ANO 3 | 9.000 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

JOSÉ ALDENIR



Comissão de Saúde retoma visitas técnicas em hospitais públicos

FISCALIZAÇÃO. 4 E 5 | Preocupados com a atual situação da saúde no Rio Grande do Norte, deputados estaduais voltarão a visitar unidades hospitalares. Primeira parada será no Hospital Deoclécio Marques de Lucena, em Parnamirim

PRODUÇÃO PARLAMENTAR. 2 E 3

DEPUTADOS DO RN APROVAM 206 LEIS EM 2021 E BATEM RECORDE

DESTAQUE. 12 E 13

ALRN CONCORRE A PRÊMIOS EM TRÊS CATEGORIAS NA CONFERÊNCIA DA UNALE

PARTICIPAÇÃO. 15

LEGISLATIVO MARCA PRESENÇA NOS PRINCIPAIS EVENTOS DA SEMANA

ALRN sanciona 52 leis no trimestre e totaliza 206 aprovadas em 2021

TRABALHO | Parlamento bateu recorde de produção com 206 leis em 2021. Até outubro, foram sancionadas 8 leis complementares e 198 leis ordinárias

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) segue apresentando bons números na produção e aperfeiçoamento da legislação estadual. No último trimestre, correspondente aos meses de agosto, setembro e outubro, os deputados aprovaram e sancionaram 52 leis, sendo 47 leis ordinárias e cinco leis complementares.

Tais números, tomados em conjunto, evidenciam a boa produtividade parlamentar no ano em curso. A produção legislativa no período de agosto a outubro de 2021 foi permeada pela apreciação de temas de enorme re-

levância para o Estado, com um impacto positivo para a população como resultado do trabalho e inovação dos parlamentares potiguares.

Mantendo a alta produtividade, foram aprovadas 47 leis ordinárias, cinco leis complementares e sete resoluções no trimestre. O trabalho observado nos últimos meses, diante de um cenário de retomada após o período mais crítico da pandemia da Covid-19, revela a tomada de decisões assertivas no momento certo. A Assembleia tem se reunido em sessões híbridas e dado andamento às atividades parlamentares sem quaisquer

interrupções.

A título de exemplo, é possível citar a alteração no Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado, que estendeu as hipóteses de ausência e concedeu o direito a horário especial ao servidor público, filho ou dependente com deficiência. Originada no Projeto de Lei Complementar nº 10/2021 (Processo Legislativo nº 2129/2021), de iniciativa da Chefe do Executivo Estadual, o projeto restou convertida na Lei Complementar Estadual nº 685, de 08 de setembro de 2021.

Entre as matérias deliberadas e aprovadas pelo parlamen-

to potiguar, é possível destacar algumas. No dia 28 de outubro, por exemplo, a ALRN aprovou o Projeto de Lei que reserva, às negras e aos negros, o mínimo de 20% das vagas oferecidas em empregos na administração pública direta e indireta no Rio Grande do Norte. De acordo com a proponente da matéria, deputada Isolda Dantas (PT), a proposta ancora-se nos princípios fundamentais relativos à dignidade da pessoa humana, à redução das desigualdades sociais e à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem ou raça.

Em 6 de outubro, os depu-



Mantendo alta produtividade, a Casa aprovou 47 leis ordinárias, cinco leis complementares e sete resoluções no trimestre

tados estaduais votaram e aprovaram - à unanimidade - dois projetos de lei que beneficiam diretamente crianças e adolescentes do Rio Grande do Norte. A primeira matéria aprovada à unanimidade foi o Projeto de Lei nº 363/2019, de autoria do deputado Kleber Rodrigues (PL), que cria a cartilha de orientação às crianças e adolescentes para prevenção contra crimes que atinjam a dignidade sexual de crianças e adolescentes na internet com ampla divulgação na rede de ensino público e privado do Estado.

Já a segunda matéria aprovada foi o Projeto de Lei nº 90/2021, de autoria do deputado Francisco do PT, que assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais, maternidades e demais estabelecimentos de atenção, o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada. O teste do pezinho ampliado vai tornar possível o diagnóstico precoce das várias patologias.

Visando beneficiar a população que vive da produção da terra, a ALRN aprovou projeto de lei que institui o Selo dos produtos da Agricultura Familiar do Estado (SAF/RN). A proposta, aprovada por unanimidade, prevê uma certificação para os produtos oriundos deste setor, com o objetivo de fomentar a sua comercialização e consumo pelos potiguares. O Selo tem como ob-



Tatiana Mendes, diretora legislativa, destaca a alta produtividade da Casa e reconhece a importância do sistema eLegis

jetivo possibilitar a agregação de valor à produção agropecuária, às atividades de pesca, aquicultura e extrativista vegetal, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho, emprego e renda.

Os parlamentares também tiveram uma visão especial para o turismo. Foi aprovada a lei que define como “Rota do Gostoso” a RN-221, desde o entroncamento da BR-101 até o município de

São Miguel do Gostoso. Ao usar a nova denominação, além de facilitar a orientação do turista com destino à Gostoso, o RN criará um roteiro turístico que irá valorizar e colocar em evidência os pontos turísticos que são atravessados pela rodovia, tais como: as Dunas de Cajueiro; a Praia de Cajueiro; a Praia de Lagoa do Sal; a Capela de São José; a Capela de Nossa Senhora de Aparecida; a Praia de Monte Alegre; a Ponta de Santo Cristo; a Praia do Cardeiro; a Praia da Xêpa; o Santuário de Santiago; a

Praia de São Miguel do Gostoso; a Praia de Maceió; a Capela de São Sebastião; a Praia de Tourinhos; e o Suspiro da Baleia.

Produtividade em alta

O primeiro período legislativo de 2021 teve um alto número de demandas apresentadas pelos deputados. Foram mais de 2.120 matérias processadas pela Casa, entre projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, requerimentos e demais espécies legislativas, contra o total de 1.535 no mesmo

período do ano anterior. Somente no último trimestre, foram 1.197 proposições apresentadas ao todo.

Para Tatiana Mendes, diretora legislativa, “a Assembleia Legislativa do Estado bateu recorde de produção legislativa com 206 leis em 2021. Até o fim de outubro, foram sancionadas 8 leis complementares e 198 leis ordinárias. Esse é o maior número de leis sancionadas nos últimos 10 anos. Esse balanço aponta que mesmo com todas as restrições ainda remanescentes das medidas de combate à pandemia, os parlamentares e servidores da Casa não deixaram de se dedicar à população potiguar”.

“Os bons números se devem também ao eLegis, sistema que revolucionou o trâmite do processo legislativo, automatizando eletronicamente toda a produção da Assembleia. A ferramenta concorre, inclusive, ao prêmio nacional da UNALE, na 24ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, na categoria Gestão. O evento acontece de 24 a 26 de novembro, em Mato Grosso do Sul”, frisou Tatiana.

A Casa conta, atualmente, com 3.657 processos legislativos abertos no ano de 2021, dentre Projetos de Lei, de Lei Complementar, Requerimentos e demais Proposições, o que já demonstra o bom andamento dos trabalhos.

Proposições aprovadas em um trimestre (AGO - SET - OUT)

Leis Ordinárias.....	47
Leis Complementares.....	5
Resoluções	7
Emendas Constitucionais.....	0
Decretos legislativos	1
Atos do presidente	0
Total	60

Proposições apresentadas em um trimestre (AGO - SET - OUT)

Projetos de Leis Ordinárias	128
Projetos de Leis Complementares	12
Projetos de Resolução.....	5
Propostas de emendas constitucionais.....	0
Requerimentos.....	1.018
Comunicações.....	1
Diversos	33
Total	1.197

Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa retoma visitas técnicas

FISCALIZAÇÃO | Primeira visita técnica desde o início da pandemia deverá acontecer no próximo dia 18. Deputados visitarão o Hospital Deoclécio Marques

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do RN deverá realizar a primeira visita técnica a unidades de saúde desde o início da pandemia da Covid-19. O endereço escolhido é o Hospital Deoclécio Marques de Lucena, em Parnamirim. A visita técnica está prevista para acontecer na próxima quinta-feira (18).

O anúncio da visita foi feito pelo deputado Galeno Torquato (PSD) na reunião do colegiado ocorrida na última quarta-feira (10). O deputado Getúlio Rêgo

(DEM), presidente da Comissão de Saúde, se pronunciou sobre a atual situação da Saúde Pública no RN.

“O sistema de regulação da Secretaria de Saúde está muito travado. Muitas reclamações já foram feitas no Plenário. É preciso que a Saúde volte aos trilhos melhorando o atendimento, principalmente da população mais pobre”, relatou o deputado Getúlio.

O objetivo é verificar a situação geral, no sentido de fazer um diagnóstico sobre a saúde pública do

Estado e apresentar requerimentos e projetos de ações a serem encaminhadas ao Executivo. Uma segunda visita técnica, ainda sem data definida, foi anunciada para o Hospital Walfredo Gurgel.

O deputado Vivaldo Costa (PSD) disse que todos “querem que o atendimento melhore. O governo quer, a oposição também e a Comissão também. Vamos fazer essa visita nos dois hospitais muito importante para o atendimento da população”, afirmou o deputado Vivaldo.

JOSÉ ALDENIR



Walfredo Gurgel, em Natal, também receberá visita técnica dos deputados

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Deputados Galeno Torquato e Getúlio Rêgo fazem parte da Comissão

Trombofilia

O Projeto de Lei Nº 69/2021, de autoria do deputado Galeno Torquato (PSD), que institui a Realização do Exame que Detecta a Trombofilia à toda Mulher em Idade Fértil, deu mais um passo na tramitação para a sua transformação em Lei Ordinária, ao ser aprovado por unanimidade na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, realizada na manhã desta quarta-feira (10).

Pela propositura, que já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, os exames devem ser assegurados a todas as mulheres entre 10 e 49 anos de idade em todos os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, credenciados ao Sistema Único de Saúde – SUS, mediante guia de solicitação médica.

“O artigo 6º da Constituição Federal dispõe que “são direitos sociais a educação, a saúde, a ali-



Cristiane Dantas foi relatora do projeto que beneficia mulheres em idade fértil

mentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Em seguida, o artigo 24, XII, do

mesmo diploma legal, determinou, ao mencionar a competência concorrente, que pode o Estado legislar sobre proteção e defesa da saúde. Considerando o direito à “proteção à maternidade” e a determinação legal de que cabe ao



Vivaldo Costa acredita que atendimento nos hospitais públicos precisa melhorar

Estado legislar sobre a proteção e defesa da saúde propomos este projeto de lei”, justifica o deputado Galeno Torquato, no Projeto que foi relatado pela deputada Cristiane Dantas (SDD).

A Comissão de Saúde da

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte é formada pelo deputado Getúlio Rêgo (DEM), pela deputada Cristiane Dantas (SDD), Galeno Torquato (PSD), Vivaldo Costa (PSD) e Dr. Bernardo (MDB).

Ações contra a violência doméstica terão espaço na Festa do Boi

SINAL VERMELHO | Festa do Boi começa neste fim de semana e contará com ações de conscientização e divulgação da campanha entre os participantes, em defesa das mulheres

A “Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica” foi o tema do pronunciamento da parlamentar Cristiane Dantas (SDD) na sessão plenária da última quarta-feira (10). A deputada estadual convocou todos a se engajarem no trabalho de conscientização que será realizado durante a Festa do Boi, que se inicia neste final de semana.

Durante os shows que ocorrerão nos próximos finais de semana, a deputada informou que será mobilizado o público da Festa do Boi, especialmente as mulheres, com a divulgação da campanha que foi instituída em todo estado, por iniciativa

do mandato da parlamentar, através da lei Nº 10.177/2021.

“Nosso mandato está apoiando esta ação de conscientização junto ao público presente, que aqui no RN está sendo feita pelo TJRN através da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CE-Mulher)”, afirmou a parlamentar. A deputada disse que durante a Festa do Boi haverá alerta ao público presente sobre a importância de se evitar qualquer tipo de violência.

“A equipe da Coordenadoria vai promover essa ação com o apoio do nosso mandato, vamos distribuir

informações sobre a rede de apoio e lá também estarão presentes os policiais da patrulha Maria da Penha”, afirmou a deputada Cristiane.

Cristiane Dantas também destacou a realização de um mutirão de mamografias que a Assembleia Legislativa irá realizar em parceria com o Grupo Reviver. “É importante registrar que a Assembleia vai realizar durante a festa do Boi o mutirão de mamografias com o Grupo Reviver, nos dias 13 e 14, atendendo a uma solicitação da Frente Parlamentar da Mulher para a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama”, finalizou.

Em agosto deste ano, a campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica” se tornou a Lei Nº 10.177/2021. A letra “X” na mão da mulher é sinal de alerta e de denúncia de violência doméstica de forma silenciosa, e passa a ser adotado como medida de urgência. Mulheres vítimas de violência podem apresentar o símbolo, não somente em farmácias, mas em qualquer estabelecimento comercial do Rio Grande do Norte.

A lei nasceu de uma campanha idealizada por meio das farmácias. Mas, a proposta de Cristiane amplia para todos os estabelecimentos comerciais para que a mulher vítima

**VIOÊNCIA
DOMÉSTICA.
PRECISAMOS
DAR UM
BASTA NISSO.**



REPRODUÇÃO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

de violência possa ser acolhida em qualquer lugar. A ideia é que onde a mulher apresentar o sinal X na mão, a polícia seja acionada. Os colaboradores dos estabelecimentos comerciais não precisam se dirigir à delegacia, nem ser testemunhas do caso.

Também já é lei no Rio Grande do Norte o programa “Tempo de Prevenir” que foi proposto ao mandato da deputada por meio de diálogos e sugestões da Coletiva Nísia Floresta. A lei engloba a conscientização da população e dos homens sobre a desconstrução do machismo, enfatiza a apresentação da Lei Maria da Penha e o desenvolvimento de projetos que garantam renda às mulheres.

“Esse é um programa que tem a prevenção da violência como balizador. Além disso, ele também estimula a criação de políticas públicas de capacitação e encaminhamento ao emprego para mulheres vítimas de violência, porque boa parte delas é dependente financeiramente do seu agressor, uma situação que dificulta a mulher romper o ciclo de violência”, explica Cristiane.



Deputada Cristiane Dantas pediu engajamento no trabalho de conscientização que será realizado durante a Festa do Boi, que se inicia neste final de semana

CPI da Covid: Investigado na compra de respiradores pede sessão secreta

DEPOIMENTO | Proprietário da BioGeoenergy, Paulo de Tarso Carlos pediu sessão secreta para repassar informações importantes para a investigação sobre a compra frustrada

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instalada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, chega na reta final elencando importantes investigações e depoimentos, além de apuração detalhada sobre as ações do Governo do Estado durante a pandemia do coronavírus – especificamente os contratos firmados ao longo dos últimos meses.

Nesta quarta-feira (10), uma das três pessoas que estavam com depoimentos agendados pediu para que uma sessão secreta fosse realizada, com a promessa de que repassaria informações importantes sobre a compra dos respiradores através do Consórcio Nordeste – que resultou em prejuízo de quase R\$ 5 milhões ao Rio Grande do Norte.

Proprietário da BioGeoenergy, o investigado Paulo de Tarso Carlos tinha depoimento marcado para esta quarta-feira, assim como o gerente Administrativo do Consórcio Nordeste, Valderir Cláudio de Souza, e o gerente de Finanças do Consórcio, Jesiel Soares da Silva, testemunhas no caso. Os dois últimos obtiveram decisões judiciais e permaneceram em silêncio na sessão, o que causou estranheza ao presidente da CPI, deputado Kelps Lima (Solidariedade).

“Duas testemunhas, pagas pelo Consórcio Nordeste, ficaram em silêncio. Nenhum investigado e nem sequer as testemunhas, que não são investigadas, do Consórcio Nordeste quiseram falar, prestar contas à sociedade que paga seus salários. Isso só reforça nosso argumento de que

o Rio Grande do Norte tem que sair do Consórcio Nordeste”, disse Kelps Lima.

No caso de Paulo de Tarso Carlos, contudo, o investigado solicitou uma sessão secreta para repassar informações. O presidente da CPI, que ouviu o investigado antes da sessão, discutiu sobre quais poderiam ser as informações e concordou com o pedido. “Vamos analisar o conteúdo e saber o que poderemos publicizar, mas somente após a análise”, disse Kelps.

A Bioenergy é investigada por relação com a Hempcare e possível acordo para fabricação de respiradores de baixo custo. Os equipamentos não chegaram a ser fabricados e entregues ao Consórcio Nordeste, assim como os respiradores que deveriam vir da China através da Hempcare

também nunca chegaram. Ao todo, R\$ 48,7 milhões dos estados do Nordeste foram recebidos e não foram devolvidos.

Ainda na reunião, o deputado Kelps Lima colocou em votação vários requerimentos, que foram aprovados pelos deputados Gustavo Carvalho (PSDB), George Soares (PL), Getúlio Rêgo (DEM) e pela relatora suplente Isolda Dantas (PT), que substituiu o relator Francisco do PT na sessão. Entre os requerimentos há a decisão de que os questionamentos ao prefeito de Araraquara, Edinho Silva (PT), sejam encaminhados para que ele responda remotamente. O prefeito ganhou na Justiça o direito de não comparecer à CPI, mas a Justiça sugeriu, como alternativa, que os questionamentos fossem encaminhados por



Duas testemunhas obtiveram decisões judiciais e permaneceram em silêncio na sessão de quarta (10)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

escrito para o gestor.

A principal dúvida dos parlamentares é sobre o motivo pelo qual a Hempcare fez a doação de R\$ 4,2 milhões em respiradores à Prefeitura de Araraquara, em momento que não repassou os aparelhos aos estados do Nordeste. A relação do prefeito com o secretário-executivo do Consórcio Nordeste, Carlos Gabas, e a influência dessa relação na doação também foram questionamentos encaminhados pela CPI.

Instalada no dia 4 de agosto, a Comissão tem expectativa de ser finalizada no dia 16 de dezembro, segundo calendário apresentado pelo presidente da CPI. De acordo com a previsão, o relatório produzido pelo deputado Francisco do PT deverá ser apresentado e lido no dia 2 de dezembro e vai ser votado até o dia 16.

No dia 25 de novembro, acontecerá a última reunião de oitiva. No dia 2 de dezembro, será feita a leitura do relatório, no dia 8, acontecerá a discussão do relatório, assim como no dia 15 de dezembro. Já no dia 16 de dezembro, a reunião será exclusivamente para votar os relatórios finais e destaques.

A apuração dos fatos está sendo feita de forma coesa, o que gerou repercussão nacional. Os deputados, inclusive, aprovaram o compartilhamento com o Senado Federal de informações sobre a investigação sobre compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste. A CPI ainda confirmou a quebra dos sigilos telefônico, telemático, bancário e fiscal do secretário-executivo do Consórcio Nordeste, Carlos Eduardo Gabas.

O secretário-executivo foi convocado pela CPI da Covid na condição de investigado e permaneceu em silêncio durante o depoimento, no dia 6 de outubro, sendo liberado pelos parlamentares após informar que não responderia a nenhuma das perguntas. A Justiça do Rio Grande do Norte havia concedido habeas corpus para que Carlos Gabas não precisasse responder aos questionamentos dos parlamentares.

“Ele é o secretário de um consórcio suspeito de ter desviado R\$ 48 milhões do povo nordestino, dos quase cerca de R\$ 5 milhões do povo potiguar. Esse senhor é remunerado com salário vindo do dinheiro do povo. E veio de avião, se hospedou, almoçou, com despesas pagas com o dinheiro do povo do Rio Grande do Norte, mas não abriu a boca para prestar contas e não quis responder a perguntas bá-



sicas”, declarou Kelps sobre o acontecimento.

A presença de Carlos Gabas no parlamento do Rio Grande do Norte chamou a atenção do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), membro da CPI da Pandemia em Brasília. Ele participou da reunião da Comissão local. Os deputados, inclusive, aprovaram um requerimento que pede à governadora Fátima Bezerra (PT) a saída do RN do Consórcio Nordeste. O pedido, de acordo com Kelps Lima, teve por base o próprio contrato previsto para o ingresso e os indícios que foram encontrados de fraudes no grupo. Por outro lado, os deputados Francisco do PT e George Soares (PL) defenderam o Consórcio Nordeste enquanto instrumento capaz de colaborar com as ações dos estados. Para eles, é preciso que se aguarde o fim das investigações antes de atitudes como a saída.

Quando compareceu à CPI, o ex-secretário chefe do Gabinete Civil do Governo da Bahia, Bruno Dauster, também fez uso do seu direito ao silêncio, obtido por meio de habeas corpus no Tribunal de Justiça do RN. Com o depoimento de Dauster, a CPI tinha a intenção de conseguir esclarecimentos sobre o caso da compra dos

respiradores pelo Consórcio Nordeste.

Além de Dauster e Gabas, os empresários Luiz Henrique Ramos e Cristiana Prestes Taddeo, donos da Hempcare, permaneceram em silêncio e não responderam nenhuma pergunta dos parlamentares. A empresa recebeu R\$ 48 milhões do Consórcio Nordeste para a compra de respiradores e não encaminhou nenhum aos estados. O caso está sendo investigado pela Justiça e a CPI da Covid está com os dados referentes à investigação.

Os deputados que formam a Comissão também colheram informações sobre o contrato referente à locação de ambulâncias. As principais dúvidas foram referentes às datas em que ocorreram as vistorias das ambulâncias que seriam utilizadas no transporte sanitário. O motivo é que, segundo os parlamentares, documentos comprovam que as vistorias ocorreram quatro dias antes da assinatura do contrato do Governo do Estado com a empresa. O contrato, inclusive, foi encerrado pouco após um mês de vigência, o que também levantou suspeitas por parte dos parlamentares.

A CPI também teve a iniciativa de buscar informações sobre a contrata-

ção de montagem de um hospital de campanha na Arena das Dunas durante 2020, ouvindo o ex-secretário-adjunto de Saúde do Rio Grande do Norte, Petrônio Spinelli. Com orçamento previsto em aproximadamente R\$ 38 milhões para a viabilização dos leitos, Spinelli explicou que o Governo do Estado recuou após encontrar custos altos para a concretização dos leitos, mas disse que em nenhum momento foi cogitada a possibilidade de não se reforçar as estruturas já existentes na rede de saúde pública.

Questionado pelos parlamentares sobre o motivo pelo qual houve a desistência e se denúncias sobre a possível contratação colaboraram para que o Executivo desistisse do hospital, Petrônio Spinelli disse que a decisão de recuar ocorreu porque o Governo viu que seria mais viável o fortalecimento da rede existente. “Os custos seriam muito altos, mais do que esperávamos, e levaria mais tempo”, disse Spinelli.

A Comissão ainda se debruçou sobre contratos de fornecimento de material de EPI para o Governo do Estado durante a pandemia, além de apurar a instalação de leitos de UTI na rede pública local, quesito que é alvo da CPI.

“

Duas testemunhas, pagas pelo Consórcio Nordeste, ficaram em silêncio. Nenhum investigado e nem sequer as testemunhas, que não são investigadas, quiseram falar, prestar contas à sociedade que paga seus salários”

KELPS LIMA
PRESIDENTE DA CPI

CPI recebe presidente de empresa responsável pela construção da Arena

APURAÇÃO | Álvaro da Cunha disse que desconhece os fatos anteriores à sua gestão, já que só ingressou na empresa em 2017. Arena das Dunas foi construída para a Copa de 2014

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Arena das Dunas, instalada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, chega a novembro com importantes avanços. A análise dos fatos, a partir de documentos e oitivas, tem perspectivas positivas. A CPI se baseia na auditoria realizada pelo Governo do Estado que apontou possíveis prejuízos decorrentes do contrato de concessão da Arena das Dunas.

A última reunião ordinária da Comissão, realizada na tarde de terça-feira (9), na Assembleia Legislativa do RN, recebeu, como testemunha, Álvaro Fernandes Cardoso da Cunha, atual presidente da empresa “Valora”, responsável pelo edital e contrato de construção da Arena. Na ocasião, Álvaro da Cunha disse não ter conhecimento sobre nenhum questionamento dos parlamentares.

Relatora da comissão, Isolda Dantas (PT) iniciou sua fala esclarecendo que “foi através do depoimento do ex-secretário Demétrio Torres que se identificou a presença da

Valora no processo de contratação e execução dessa obra muito questionável e de custo altíssimo para o RN”. Ainda segundo a deputada, a elaboração do contrato e do edital foi feita de forma dialogada e com apoio de uma assessoria externa ao governo estadual – a empresa Valora.

“As informações a respeito desse assunto estão um pouco truncadas, e nós identificamos que a Valora foi uma das empresas que fez parte desse processo. Então, eu lhe pergunto: qual foi o papel exercido pela sua empresa na elaboração do contrato e edital da PPP da Arena?”, indagou Isolda.

Álvaro da Cunha respondeu que desconhece os fatos anteriores à sua gestão, pois só ingressou na empresa em junho de 2017. “Eu não tenho conhecimento a respeito do que acontecia na época. Pelo que eu soube, a Valora prestava serviços de modelagem econômico-financeira. Eu não sei nada sobre elaboração de edital”, disse o presidente.

Isolda Dantas acrescentou que existe uma ação no Tribunal de Con-

tas do Estado do RN (TCE-RN) acerca do contrato firmado entre a Valora e o Governo do Estado, com uma indicação de ressarcimento ao erário de R\$ 3 milhões, porque as contas não foram aprovadas pelo TCE, e indagou quanto tempo durou e qual era o objetivo do contrato, mas Álvaro da Cunha não soube responder.

“O objetivo desta reunião seria a Valora nos dizer como se deu o processo de construção desse contrato, e me deixa muito surpresa o senhor não saber, porque não foi um contrato qualquer. E, inclusive, quando o TCE decidir em definitivo, é o senhor quem vai responder. Por isso essas perguntas eram bastante pertinentes”, disse a deputada.

Em seguida, o Subtenente Eliabe (SDD) se posicionou ao lado de Isolda, no sentido de que “a empresa é um CNPJ, então as ações que foram cometidas no passado permanecem ligadas a ela até os dias de hoje. Mesmo a testemunha tendo entrado apenas em 2017, ela deveria ter conhecimento dos fatos antigos. A CPI aqui tem uma finalidade, mas eu sei que

há outros procedimentos instaurados na Justiça, então não tenho mais questionamentos a fazer”, concluiu.

Segundo o presidente interino da CPI, Tomba Farias (PSDB), tudo será esclarecido em breve, já que a situação está judicializada. “Esse é um processo que já corre na Justiça, e já houve várias decisões, mudanças na lei, então se tiver alguém que errou, vai responder”, disse.

Isolda sugeriu uma reunião administrativa, com a presença do presidente titular da CPI, o deputado Coronel Azevedo (PSC), a fim de decidir os depoimentos da semana seguinte. A próxima reunião ordinária ocorrerá na terça-feira (16), no horário regimental, às 14h30.

Na última reunião da Comissão, em outubro, os deputados ouviram seis pessoas, convocadas na condição de testemunhas. “Ainda tem muito mistério para ser desvendado, muitos pontos precisam ser investigados. No entanto, considero que avançamos no cronograma que está sendo cumprido e esperamos que seja atendida a meta para apresentar-



A Arena das Dunas foi construída para a Copa do Mundo de 2014 em formato de parceria público-privado

mos o relatório no dia 30 de novembro próximo”, afirmou a deputada Isolda Dantas (PT) na ocasião.

Na reunião, foi levantada mais uma vez a questão da modificação do contrato por um ofício, saindo da repartição de receita líquida para lucro líquido, o que está resultando num prejuízo para o Poder Público. De acordo com as informações apuradas, o repasse da Arena das Dunas foi de apenas R\$ 27 mil, e o prejuízo alcança os R\$ 32,6 milhões.

Coronel Azevedo (PSC) disse que é preciso ter um controle de um verificador independente. “A revisão nesse sistema era pra ter sido feita em 2016. O controle tem que ser feito pelo verificador independente, de forma que não seja penalizada a empresa, nem a Arena das Dunas. A fiscalização só começou em março de 2019, depois que o ex-deputado Sandro Pimentel solicitou uma auditoria”, apontou ele.

“É uma fiscalização complexa, eu tenho que fiscalizar o verificador independente. Tem que haver uma modificação na nota de manutenção. Ela tem que ser do Estado e não da Arena”, afirmou o engenheiro Marcelo Augusto de Souza Lima. Participaram ainda da reunião os deputados subtenente Eliabe (SDD), Kleber Rodrigues (PL), Getúlio Rêgo (DEM) e Tomba Farias (PSDB). Na ocasião, foram ouvidas também como testemunhas, Luiz Roberto, Tânia de Brito, Marjorie Madruga, José Marcelo e José de Arimatéia Góis.

Apuração

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) montada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte foi instalada para investigar o contrato do Governo do Estado com a Arena das Dunas. O grupo foi criado após uma auditoria da Controladoria Geral do Estado apontar prejuízo de R\$ 421 milhões ao Estado. O resultado é contestado pela Arena.

Na auditoria realizada pela Controladoria Geral do Estado foi apontado que o Governo estadual já teria desembolsado aproximadamente R\$ 110 milhões a mais do que deveria ter sido pago à Arena das Dunas. Os valores de repasses fixos e variáveis à Arena, que são de aproximadamente R\$ 10 milhões por mês, são contestados pela Controladoria, que sugeriu ao Executivo estadual suspender o pagamento de parte dos recursos.

A Arena das Dunas foi construída para a Copa do Mundo de 2014 em formato de parceria público-privado.



ALRN concorre a prêmios em três categorias na Conferência da Unale

DESTAQUE | Conferência vai acontecer de 24 a 26 de novembro; Legislativo do RN conquistou o primeiro prêmio da categoria Gestão, em 2019

Gestão, Atendimento ao Cidadão e Projetos Especiais. Essas são as três categorias de premiação da 24ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, nas quais a Assembleia Legislativa do RN irá concorrer com as outras 26 Casas Legislativas do País. A Conferência vai acontecer de 24 a 26 de novembro e o Legislativo do RN foi quem conquistou o primeiro prêmio da categoria Gestão, em 2019, com o Legis RH, sistema desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica.

Nessa edição, a mesma diretoria vai concorrer, também em Gestão, com o eLegis, o sistema que revolucionou todo o trâmite

do processo legislativo; na categoria Atendimento ao Cidadão com os Programas de Atendimento ao Cidadão, realizados por diversos setores mas agrupados na Diretoria de Políticas Complementares e, por fim, na última categoria, Projetos Especiais, com o Conexão Parlamento, realizado pela Escola da Assembleia.

O eLegis foi quem automatizou eletronicamente toda a produção legislativa, ou seja, através dele é possível acompanhar, por exemplo, um requerimento, ou projeto de lei, desde o seu nascimento, até o encerramento do processo, com todos os trâmites. “Isso é possível a quem acessa o sistema, servidores, assessores,

o corpo de funcionários, mas temos avanços e para 2022 estamos aprimorando o eLegis para que possa ser acessado pelo público externo”, informa Mário Sérgio, diretor de Gestão Tecnológica.

Na categoria Atendimento ao Cidadão, a Diretoria de Políticas Complementares está levando na bagagem a experiência de todos os projetos de cunho social, saúde e ações de cidadania desde 2017 e a condução do Comitê de Retomada dos trabalhos presenciais da Casa em 2020.

“Agrupamos também as ações e projetos sociais e socioculturais realizados pelo Procon da Assembleia e pelo Memorial Legislativo. O Memorial foi às escolas e insti-

tutos de educação abordando temas importantes, além de abrigar nosso museu”, explica Ricardo Fonseca, diretor.

Na terceira categoria, de Projetos Especiais, será a vez da Escola da Assembleia participar com o Conexão Parlamento, o projeto que interioriza as ações da Escola da Assembleia, levando cursos de capacitação a todas as regiões do RN, para servidores das Câmaras Municipais e da própria comunidade e que inclusive já foi premiado: “O Conexão Parlamento teve sua atuação reconhecida nacionalmente com o prêmio Top Legislativo 2021 da União dos Vereadores do Brasil (UVB), que vai ser recebido em dezembro. É





ALRN conquistou o primeiro prêmio da categoria Gestão, em 2019, com o sistema Legis RH

uma alegria saber que uma entidade nacional está reconhecendo o trabalho que nós estamos fazendo, levando cursos para as Câmaras dos vereadores”, afirma João Maria de Lima, diretor da Escola.

Prêmio

Os vencedores serão escolhidos pelos conferencistas da 24ª Conferência Nacional da Unale, com votação em modo remoto e presencial, e serão premiados ao fim do evento. De acordo com a Unale, cada projeto vencedor receberá a quantia de R\$ 20 mil, para serem investidos em projetos futuros, além do selo da Assembleia Cidadã e o troféu transitório que fica em exposição na Casa Legislativa pelo prazo de um ano.

Unale

“Neste ano, data de comemoração do jubileu de prata da Unale, nós vamos preparar uma conferência histórica, que debaterá os caminhos do parlamento de forma clara e objetiva”, destaca a presidente da Unale, deputada Ivana Bastos (BA).

A 24ª Conferência Nacional da Unale, que será realizada, no formato online e presencial, nos dias 24, 25 e 26 de novembro te-



rá como tema central: Unale 25+ “Redesenhando os caminhos do Parlamento”, para levantar soluções práticas para o desenvolvimento social diante um cenário pós-pandêmico.

A Conferência da Unale, realizada anualmente, é um ambiente democrático de discussões, onde o principal objetivo é a melhoria e o crescimento do País, a partir da troca de experiências entre parlamentares de diferentes regiões brasileiras e também do exterior.

O maior evento entre Legisla-

tivos da América Latina irá acontecer de forma presencial e online, sendo assim os participantes poderão acompanhar de suas casas a apresentação de todos os painéis do evento em plataforma digital, que contará com grandes debates entre parlamentares, assessores, servidores legislativos, ministros, candidatos presidenciais e delegações internacionais, todos em prol do desenvolvimento nacional.

A União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale, é uma sociedade civil

de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega a união dos 1059 deputados estaduais da República Federativa Brasileira. A entidade prima pela consolidação dos ideais comuns que buscam a garantia do cumprimento dos direitos e deveres dos estados para com a população e pela valorização do trabalho do parlamentar estadual.

Atualmente, a Unale é a única entidade com reconhecimento legítimo perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) de re-

presentação dos 1059 deputados estaduais e das 27 Casas Legislativas do Brasil.

Neste sentido, a Unale tem a missão de assumir a defesa dos interesses estaduais coletivos, divulgar as ações legislativas, buscar parcerias para seu aperfeiçoamento e qualificação junto a órgãos e entidades representativas nacionais e internacionais, difundir a importância do legislativo estadual no sistema democrático e promover o debate permanente de grandes temas de interesse nacional.

A Conferência Nacional da Unale, realizada anualmente pela instituição, tem a finalidade de estabelecer um espaço de oportunidades para a realização de palestras e provocar o debate sobre temas incorporados às agendas regionais e nacionais. Este intercâmbio de experiências proporciona aos participantes ampliar a sua área de conhecimento e melhorar as políticas públicas regionais com inovações e soluções adotadas fora de seus estados. O evento também oportuniza o encontro das entidades vinculadas aos legislativos estaduais, para a atualização profissional e discussão de temas relacionados com as suas atividades funcionais.

Projeto garante preferência no atendimento a cuidadores de idosos

APROVADO | Projeto prevê que os cuidadores serão cadastrados junto aos órgãos públicos de assistência social

O Projeto de Lei 333/2019, que concede o direito de preferência dos cuidadores de idosos em órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, foi aprovado na Assembleia Legislativa. De autoria do deputado estadual José Dias (PSDB), o projeto segue para sanção ou veto da governadora Fátima Bezerra (PT).

De acordo com a matéria, a preferência a esses profissionais é para garantir acessibilidade e rapidez no seu atendimento. O projeto prevê que os cuidadores serão cadastrados junto aos órgãos públicos de assistência social com o respectivo diagnóstico e quadro clínico do paciente incapacitado de desenvolver suas atividades.

O parlamentar citou o Estatuto do Idoso, que preceitua que a pessoa idosa tem o direito à cidade-



Deputados aprovaram o Projeto de Lei 333/2019 e parabenizaram a iniciativa do parlamentar José Dias, autor da matéria

nia, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar. “Nem sempre essas garantias poderão ser exercidas sem a ajuda de um cuidador, que tornará a vida das pessoas muito mais digna e humana”, defendeu José Dias.

Caberá à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas) estabelecer o procedimento para conces-

são do benefício de que trata a Lei.

“Eu rezo para que todos cheguem à velhice. Com esse projeto nós estamos protegendo não o cuidador, que são anjos que cuidam dos que mais sofrem, mas para proteger aqueles que mais precisam do nosso apoio, os doentes e os mais velhos. Não tem custo para o estado e apenas reconhece este direito”, ressaltou o deputado du-

rante a discussão da matéria.

O deputado estadual Hernando Moraes (PSB) também se pronunciou de forma favorável sobre a matéria. “Quero parabenizar pela iniciativa. Temos um contingente de mais de 450 mil idosos no estado. E essa é uma atividade cada vez mais necessária. Tendência, inclusive, é de aumento dessa atividade em função da necessidade das pessoas

mais idosas que precisam de cuidadores. É muito interessante, prático, e vai favorecer os idosos”, disse.

Conselho

Antes desse projeto, a Assembleia também aprovou o Projeto de Lei 47/2021, de autoria do deputado estadual Gustavo Carvalho (PSDB). A proposta altera uma Lei de 1972, extinguindo o voto de qualidade do Conselho de Recursos Fiscais do RN. De acordo com a matéria, com a mudança, em casos de empate nas votações internas a decisão ficará a favor do contribuinte.

“A matéria dá equidade entre governo e contribuintes no Conselho Fiscal da Tributação, faz justiça com os contribuintes”, disse o deputado Gustavo Carvalho em defesa do projeto. O líder do governo, deputado estadual Francisco do PT, foi o único a se abster da votação. Antes, solicitou a retirada do projeto da pauta com o objetivo de ampliar o debate sobre o assunto. O pedido do parlamentar foi rebatido prontamente pelo deputado Kelps Lima (SDD). “O que o governo menos pode sugerir é mais tempo e acordo”, disse o deputado.

Legislativo do RN marca presença nos principais eventos da semana

PARTICIPAÇÃO | Festa do Boi e a Feira Nacional do Camarão terão ações da Assembleia Legislativa, tanto na área da saúde quanto no setor do turismo potiguar

A Assembleia Legislativa estará presente nos dois maiores eventos socioeconômicos que acontecem no RN dentro dos próximos dias: a 59ª edição da Festa do Boi e a 21ª Fenacam, a Feira Nacional do Camarão. O primeiro evento acontece de 13 a 20 deste mês e na ocasião, o Legislativo Potiguar, em parceria com o Grupo Reviver, oferecerá a realização de mamografia nos dias 13 e 14, das 10h às 20h.

Já na Fenacam, a maior feira anual de pescados da América Latina e que acontece de 16 a 19/11, o objetivo dessa participação é estimular a interiorização do turismo potiguar e o incentivo ao empreendedorismo, com a divulgação da Rota do Camarão e Rota da Tilápia. Nesta feira, o Legislativo estará representado pela Associação dos Servidores do Poder Legislativo (Aspol), que vai participar da Feira Nacional do Camarão (Fenacam).

Durante a Festa do Boi, o estande que vai funcionar das 12h às 19h vai oferecer serviços de Saúde, com aferição de pressão e distribuição de preservativos, fornecendo informações sobre a Escola da Assembleia e o Memorial Legislativo e promovendo apresentações de artistas locais, através da Assembleia Cultural.

“Essas ações são de extrema importância para a saúde e o bem-estar da nossa população. E a Assembleia Legislativa não poderia ficar de fora. Estamos muito orgulhosos de estar participando de mais uma edição dessa grande festa, levando saúde, informação



Legislativo participará da divulgação da Rota do Camarão, com o objetivo de estimular a interiorização do turismo no RN



População poderá pegar fichas de atendimento para a realização de mamografias, além de outros serviços médicos

e cultura para a sociedade potiguar”, disse o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PS-DB).

A partir das 10h do sábado (13) e domingo (14), a população já poderá pegar as fichas de atendimento para a realização das ma-

mografias, que serão feitas até as 20h. Já na segunda (15), começam os serviços de Saúde, que incluirão aferição de pressão arterial e distribuição de preservativos.

Servidores da Escola da Assembleia também estarão disponíveis para atender o público, expli-

cando os serviços prestados pela instituição e como a comunidade pode acessar os cursos gratuitos oferecidos, em nível de capacitação pessoal, capacitação técnica, palestras e pós-graduação.

Já a participação do Memorial Legislativo se dará através de ban-

ners, tanto do ex-deputado Aristófanes Fernandes, que dá nome ao Parque de Exposições, quanto a respeito da futura sede do setor.

“Nós também iremos fazer uma pesquisa com os expositores dos outros estados, a fim de atualizar nosso cadastro de ex-deputados, que são mais de 700. Será um trabalho lento, mas iremos tentar”, explicou Aluísio Lacerda, chefe do Memorial.

Além disso, a Assembleia Cultural contará com um palco próprio, montado pela Casa Legislativa, em que haverá shows de cantores e bandas potiguares, como Isaque Galvão, Messias Paraguai, Banda Flor de Liz e CPI do Forró.

Rotas

A Rota do Camarão e a Rota da Tilápia incluem nove municípios que estão nas regiões Agreste e Trairi. “Vamos aproveitar a visibilidade que vai ter esse estande para divulgar esses dois projetos que a Aspol tá lançando. “A ideia é colocar para o grande público esse papel social da Assembleia Legislativa em promover a interiorização do turismo”, afirma Francisco José, da Aspol.

As rotas incluem municípios das regiões Agreste e Trairi do RN, com paradas gastronômicas, no caso da Tilápia, em Bom Jesus, Serra Caiada, Tangará, Sítio Novo e Santa Cruz. Já na Rota do Camarão os turistas vão poder se deliciar com os pratos especiais e as belezas de Nísia Floresta, Georgino Avelino, Tibau do Sul e Canguaretama.

Em sua 17ª edição, a Fenacam 2021 terá a realização dos eventos técnicos – científicos e empresariais e contará com a participação de renomados palestrantes nacionais e internacionais, que abordarão, os mais variados e atualizados temas sobre as atividades da carcinicultura e da aquicultura, brasileira e mundial.



Já conhece o Legis? Ele chega para trazer ainda mais abrangência na divulgação do trabalho dos 24 deputados do RN. Com o foco na sociedade e no livre acesso à informação, as leis e as ações da ALRN estão ao alcance de todos. Vamos juntos legislar?

Acompanhe pela internet:

- al.rn.leg.br
- [f](#) [i](#) [t](#) @assembleiarn
- TV Assembleia canal 10.3
- eLegis sistema legislativo



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa